

ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORADA NOVA, REALIZADA NO DIA QUATRO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE sob a Presidência da Vereadora Raquel Menezes Girão, Secretariada pelo Vereador Jorge Demétrio de Brito Filho. Esta sessão, realizada por videoconferência, foi executada pelo aplicativo **zoom cloud meetings**, gravada pelo núcleo de publicidade da Casa e transmitida para toda a sociedade pelas redes sociais oficiais da Câmara. A Presidente identificou que estão acessando o aplicativo, os vereadores conectados: Alex Sandro Saraiva, Astério de Souza Rodrigues, Cândido Rabelo Neto, Cláudio Roberto Chaves da Silva (Cláudio Maroca), Francisca Aurília Martins, Francisco Jeovan Barbosa, Francisco Narcélio Marinho Cordeiro, Hilmar Sérgio Pinto da Cunha, Jorge Demétrio de Brito Filho, José Gomes da Silva (Dedé do Gildo), Manoel Everardo Lemos Maia, Marcos Alberto Viana de Andrade (Marquinhos), Marco Antônio de Araújo Bica Júnior (Marquinho da Ana), Raquel Menezes Girão e Rose Mayre Monteiro Oliveira Santos. Havendo número legal, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos da Presente Sessão sob a proteção de Deus e em nome da comunidade. A Senhora Presidente determinou que o Secretário lesse a Ata da Sessão anterior, a qual foi lida, posta em apreciação e em seguida em votação, sendo que a mesma foi aprovada por unanimidade. O Expediente constou de: Ofício N° 270/2020 da SEDUC, Ofício S/N do Senhor Renato Mourão, Ofício N° 01/2020 do Conselho do FUNDEB, Ofício N° 13/2020 da 47ª Zona Eleitoral. O Senhor Adalberto Oliveira esteve na Tribuna Livre para discorrer acerca do Projeto Escola MultiEnsino e Projeto Jovens Livres em Morada Nova. O **Vereador Marcos Viana** disse que semana passada, falou-se bastante dos precatórios do FUNDEF. Questionou se o Tribunal de Contas do Estado autorizou os gastos dos recursos, salientando que o Tribunal de Contas da União não pôde se manifestar sobre os gastos. Destacou que o Tribunal de Contas do Estado auxilia na fiscalização da câmara municipal. Disse que fez uma ligação para a APRECE, na qual soube que não se pode mexer neste dinheiro do precatório enquanto está sob litígio. Disse que foi retirado mais de um milhão recentemente e que analisando os números fora os juros que renderam, tem dezessete milhões que foram retirados. Comentou que se o prefeito fizesse vinte quadras, gastaria dez milhões, o que anda longe dos recursos que estão faltando do dinheiro do professor. Pronunciou que se formou uma equipe com o intuito que fosse feito levantamento das licitações da Educação, lembrando que no total são cento e três licitações. Pontuou que muitas obras foram bancadas pelo Governo do Estado. Enfatizou que está preparando uma documentação vasta para dar entrada numa CPI, pois não pode investigar sozinho esta questão tão abrangente. Citou que Morada Nova tem duas administrações: a que caiu do céu com muitos recursos extras e a administração perseguidora dos mais carentes. Disse que o dinheiro que está faltando do FUNDEF

equivale a oito folhas de pagamento do município. Encerrou falando que ninguém é obrigado a assinar a petição da CPI que o mesmo está providenciando. O **Vereador Jorge Brito** falou de dois ofícios que adentraram na câmara: um, do ex-conselheiro Renato Mourão, que pediu exoneração do cargo de conselheiro municipal da saúde, em decorrência do descumprimento de algumas leis. O outro ofício do Conselho do FUNDEB dizia que as prestações de contas do FUNDEB são trimestrais, destacando que esta resposta foi vaga. Jorge Brito requereu novamente do CONSELHO DO FUNDEB DE MORADA NOVA, cópia de todas as atas das reuniões ocorridas de janeiro/2020 até a presente data, acompanhadas com planilhas contendo o detalhamento de entradas e saídas dos recursos oriundos do FUNDEB. Salientou que para que se tenha um maior conhecimento e conseqüentemente um maior esclarecimento dos recursos que são destinados ao nosso município através do FUNDEB, faz-se necessário o envio da documentação acima requerida. Pediu à administração que enviasse alguém para apresentar seus argumentos com relação ao dinheiro do FUNDEF. Pontuou que os vereadores devem usar de justiça e agir dentro da legalidade. O **Vereador Neto da Sinuca** falou acerca da problemática da área da saúde em Morada Nova. Disse que os pacientes do Roldão, da Lagoa Grande e do Dois de Agosto somente são atendidos quando passam pela agente de saúde, o que considera inaceitável. Requereu do SAAE-MN, a regularização do abastecimento de água na Comunidade de Lagoa Nova – Distrito de Lagoa Grande, neste Município. Ressaltou que faz-se necessário que seja regularizado o abastecimento de água na referida Comunidade com a máxima urgência, visto que os moradores estão há sessenta dias sem contar com esse fundamental benefício em suas residências. Destacou que a Empresa Enel está passando de quatro meses sem tirar a leitura de energia de algumas comunidades. Pontuou que os professores do município precisam receber seus precatórios o mais breve possível, pois os mesmos com suas respectivas famílias anseiam por esta benesse. O **Parlamentar Hilmar Sérgio** disse que foi injustiçado em uma CPI, há alguns anos atrás, um fato que considera constrangedor, da parte dos colegas vereadores da época. Lembrou que naquele momento Jorge incitou a CPI do IPREMN e os colegas vereadores para revidar, fizeram a CPI da educação. Destacou que o Ministério Público Federal e Estadual não encontrou nenhum crime, cometido por sua pessoa. Disse que hoje, o vereador Marcos Viana prepara documentação para instaurar nova CPI, e que esta Casa vai analisar. Falou de temáticas muito importantes que devem ser discutidas nesta câmara como água, infraestrutura, saúde e educação. Disse que aguarda novos fatos para se pronunciar com propriedade. Encerrou falando que vai adentrar nesta Casa um importante projeto que trata de uma área exclusiva para animais de ruas em Morada Nova. A **Presidenta Raquel Girão** disse que vai procurar se inteirar dos fatos expostos pelo vereador Marcos Viana para se manifestar com exatidão.

Sugeri ao Secretário de Educação que se pronunciasse sobre a questão. Na ordem do Dia foi votado o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação favorável ao Projeto de Lei do Legislativo Nº. 23/2020 que Denomina o logradouro que indica de “Rua Petronília Maria de Almeida” e dá outras providências. Projeto de Resolução nº. 04/2020, ementa: Denomina o refeitório da câmara municipal de Morada Nova como “refeitório Vereador Ismael Batista de Oliveira” e dá outras providências. Aprovados por unanimidade em votação única conforme acordo de lideranças. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a presente Sessão e convocou outra para o dia Onze de Setembro de Dois Mil e Vinte. Do que eu, Jorge Demétrio de Brito Filho, Primeiro Secretário, determinei que fosse digitada a presente Ata, que depois de aprovada será assinada por mim e pela Senhora Presidente.

Presidente: _____

1º Secretário: _____